

Senado proporá vereadores para Brasília

07 MAI 1983

04 MAI 1983

A Comissão do DF, no Senado, aprovou a proposta do senador Mauro Borges (PMDB-GO) de incluir a criação de uma Câmara de Vereadores para Brasília em sua ordem do dia. O senador considera que a Comissão do DF não tem representatividade nem legitimidade para responder pelas questões colocadas pelos habitantes de Brasília ou de suas cidades satélites, preocupação partilhada pelo Senador Passos Pôrto (PDS-SE). A partir de agora, em suas reuniões ordinárias às terças-feiras, a Comissão do DF irá discutir a proposta de Emenda Constitucional que viabilize esta alternativa.

Segundo o senador goiano, Brasília sente necessidade de uma "relativa autonomia" em suas iniciativas políticas, não descartando, contudo, que a Comissão do DF no Senado funcione como uma "Câmara Revisora" das decisões dos futuros vereadores. A idéia encontra obstáculos em outros senadores, entre eles Benedito Ferreira, também goiano, do PDS, para quem a autonomia política da Capital Federal não sobreviveria sem a independência econômica.

Benedito Ferreira posiciona-se contrário à criação de fóruns de representação política na cidade, pois entende que isto traria intranquilidade ao Governo Federal, devido as pressões que passaria a receber da comunidade local. Outro Senador contrário à emancipação política é Murillo Badaró (PDS-MG) que defende a instituição de "audiências públicas" da Comissão do DF, o que, segundo afirmou, representaria "uma enorme abertura" do Senado Federal às questões do DF.

AMPLIAÇÃO ADIADA

— Na sessão de ontem da Comissão do DF, que durou apenas 40 minutos, ficou adiada a votação do projeto de resolução do Senador Passos Pôrto que amplia a composição e a competência da Comissão. O parlamentar sergipano pretende aumentar o número de membros da Comissão para que ela possa abrigar um representante de cada Estado brasileiro. Ele propõe ainda a criação de seis subcomissões dentro da comissão do DF para assuntos específicos ligados às cidades satélites; aos Transportes, Arquitetura e Urbanismo; Educação, Cultura, Lazer e Esportes; Justiça, Segurança e Assistência Social.

O projeto foi criticado pelo Relator, senador Marcelo Miranda (PMDB) sob o argumento de ser inconstitucional.

A discussão e a votação da matéria, entretanto, foram prejudicadas pelo pedido de vistas do senador Lourival Baptista (PDS-SE) para melhor examinar seu conteúdo.